

Notas e Informações

Os desafios orçamentários

Sabe-se, há muito, que no Brasil a inflação decorre, fundamentalmente, do déficit do setor público. Se existe entre nós uma cultura inflacionista, devemô-la simplesmente à aceitação da idéia de que não é possível viver sem déficit público o qual dá origem às emissões monetárias, combustível que alimenta por sua vez a alta dos preços. Temos de reconhecer que, se nos últimos meses houve, quanto à expectativa da inflação, certa frustração no que tange aos efeitos do Plano Brasil Novo, tal se debita ao fato de o governo não ter logrado, até agora, convencer os agentes financeiros de que, pelo menos, se liquidaria o déficit.

Somente ontem conseguiu o Planalto apresentar sua nova estimativa do orçamento público, o qual, de um déficit potencial equivalente a 9,15% do PIB deverá chegar ao fim do exercício com um superávit de 1,22%, valor inferior àquele anunciado no início do Plano Brasil Novo.

Realmente verificado, tal resultado representaria fato inédito em nossa história econômica, que há anos registra déficits que culminaram em 1989 (7,29% do PIB). O que se pode perguntar é se realmente merecem crédito os dados ontem citados pela ministra Zélia Cardoso de Mello. Afirmá-lo, hoje, seria temerário; o máximo a admitir é a certeza de que o governo Collor de Mello terá de enfrentar e superar muitos desafios para chegar aos seus objetivos. Se conseguir, pelo menos, equilibrar tais contas, já terá logrado grande êxito num país que, desde 1982, nunca conseguiu chegar a um déficit operacional inferior a 2,5% do PIB.

Para que se possa avaliar o esforço intentado pelo governo brasileiro, cumpre lembrar que o ajuste fiscal do exercício será equivalente a 8,5% do PIB, valor que deve ser comparado com tentativas (bem-sucedidas) de outros países: a Alemanha de 1925 (6% do PIB); a Itália de 1947 (7%); ou a Hungria do mesmo ano (4,3%), para citarmos apenas alguns exemplos. Tais comparações permitem melhor medir a ambição da equipe da ministra da Economia.

É interessante notar que a revisão orçamentária partiu de duas hipóteses: a estabilidade do produto real relativamente

a 1989, e um índice zero de inflação a contar de maio. São suposições que convém analisar com cuidado, para verificar se a sua não-realização não afetará a previsão orçamentária. Prevê-se um crescimento zero para o PIB mas, naturalmente, deve-se admitir que, se em lugar de estabilidade tivermos uma redução que alguns estimam em 4%, as receitas serão afetadas. Isso exigirá que o Tesouro não possa receber qualquer ajuda do Banco Central para tapar os buracos, o que o obrigará a renunciar a certas despesas. Até agora, não se conseguiu incorporar à nossa "cultura" a independência do Banco Central. É uma primeira dúvida.

Sabemos, aliás como a ministra, que não teremos inflação zero a partir de maio mas, certamente, a idéia dos autores da revisão orçamentária é a de que os gastos do setor público, no seu conjunto, não poderão refletir tal inflação. O que, em especial, significa que os funcionários públicos não poderão aspirar a um aumento a contar de maio. Além disso, há que levar em conta que a inflação erode as receitas do Erário, ainda que exista agora um sistema de proteção. Deve-se reconhecer que o andamento da inflação será um fator essencial para que o orçamento atinja os objetivos almejados.

Caberá ao governo central a maior parcela do esforço do ajuste: de um déficit potencial equivalente a 7,82% do PIB deve-se chegar a um superávit de 1,65%. Cumpre admitir que as previsões do Planalto apresentam sólido fundamento. No ano passado, os encargos financeiros da dívida pública chegaram a representar 5,39% do PIB. Nesse sentido o Plano, com sua reforma monetária que adia o pagamento de uma parte substancial do serviço dessa dívida, bem assim a redução atual das taxas de juros e do próprio montante do débito, deve permitir uma economia importante. Trata-se — reconheça-se — de uma economia que pode ser considerada segura. Calcula o governo que do lado das receitas auferirá ganhos equivalentes a 2,88% do PIB. Parte deles já está assegurada (incidência do IOF sobre os ativos financeiros); outra é mais duvidosa, por poder o governo superestimar os efeitos de uma redução da sonegação.

Ademais, a própria arrecadação poderá ser afetada por uma recessão profunda uma vez respeitada a programação monetária, sem que se fale dos efeitos da privatização, a qual, neste exercício, tem-se mostrado muito reduzida.

Os gastos com pessoal em 1990 deverão representar algo em torno de 6,77% do PIB (o que constitui uma monstruosidade!). Todavia, o governo, com a dispensa de pessoal, mesmo que se leve em conta a necessidade de remunerar os ociosos, pretende realizar economias substanciais. Teremos de verificar se tais previsões serão válidas já a partir de julho.

Os governos estaduais e municipais que tiveram um déficit operacional de 0,56% do PIB em 1989 deverão fechar com um superávit de 0,23%. É um objetivo tecnicamente possível se se considerarmos o aumento da arrecadação dessas unidades da Federação, mas politicamente ambicioso num ano eleitoral. Pelo menos, verifica-se que, pela primeira vez, a administração central cortou transferências a Estados e municípios que não honrem seus compromissos.

As empresas estatais tiveram, no ano passado, um déficit equivalente a 2,53% do PIB, pretendendo o governo reduzi-lo a 0,66%. Os reajustes das tarifas e dos preços administrados melhorou a situação, mas não poderá o governo ceder à tentação de controlar a inflação mediante manutenção artificial das tarifas no segundo semestre. O fato é que o grande sacrifício, nas estatais, envolve os investimentos (cujos novos cortes representam 1,2% do PIB), o que exigirá no futuro preço muito alto.

Nada se diz a respeito da Seguridade Social: a ministra reconheceu que poderá haver grande desequilíbrio, a ser porém coberto com aumento das contribuições dos patrões e empregados, o que constitui um fator de inflação.

Tem o Planalto muitos obstáculos a vencer para chegar aos seus objetivos. Será interessante saber como reagirá o FMI, a quem o novo orçamento será submetido. Pode-se pensar, todavia, que se o déficit for reduzido a 1% do PIB, tal já representará grande vitória do governo.